NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RN000167/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 11/04/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR018254/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 13622.201051/2025-48
DATA DO PROTOCOLO: 11/04/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO DE MOSSORO E REGIÃO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ n. 04.321.994/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CANDIDO FREIRE DA SILVA;

E

SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ n. 08.466.518/0001-27, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). GRACE CHRISTHINE DE OLIVEIRA GOSSON;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Hotéis, Motéis, Pousadas, Albergues, Apart-Hotéis, Flats, Casas de Hospedagem, Pensões, Pool Hotel, assim como todos os demais meios de hospedagens, bem como as correspondentes categorias profissionais constantes no e restaurantes, bares, lanchonetes, estabelecimentos de fornecimento de bebidas e/ou alimentação com fornecimento direto e indiretamente ao consumidor final, inclusive através de quentinhas, self-service, estabelecimentos de bebidas a varejo, casas de diversões, cafés, empresas de turismo, institutos de beleza e cabeleireiros, lavanderias, além de todas as empresas que integram, por atividades similares ou conexas, na atividade de prestação de serviços por empresas de asseio, conservação, higienização e limpeza, e locação de mão de obra, abrangendo ainda os ocupantes das mesmas funções em atividades embarcadas tomadas por empresas de exploração, perfuração, produção, refinação e transporte de petróleo e seus derivados, ou de quaisquer outras atividades no mar, bem como nas empresas que produzem alimentação industrial**, com abrangência territorial em **Açu/RN, Água Nova/RN, Alexandria/RN, Almino Afonso/RN, Antônio Martins/RN, Apodi/RN, Areia Branca/RN, Baraúna/RN, Caraúbas/RN, Coronel João Pessoa/RN, Doutor Severiano/RN, Encanto/RN, Felipe Guerra/RN, Francisco Dantas/RN, Frutuoso Gomes/RN, Governador Dix-Sept Rosado/RN, Grossos/RN, Itaú/RN, Janduí/RN, João Dias/RN, José da Penha/RN, Lucrécia/RN, Luís Gomes/RN, Major Sales/RN, Marcelino Vieira/RN, Martins/RN, Messias Targino/RN, Mossoró/RN, Olho d'Água do Borges/RN, Paraná/RN, Paraú/RN, Patu/RN, Pau dos Ferros/RN, Pilões/RN, Portalegre/RN, Porto do Mangue/RN, Rafael Fernandes/RN, Rafael Godeiro/RN, Riacho da Cruz/RN, Riacho de Santana/RN, Rodolfo Fernandes/RN, São Francisco do Oeste/RN, São Miguel/RN, Serra do Mel/RN, Serrinha dos Pintos/RN, Severiano Melo/RN, Taboleiro Grande/RN, Tenente Ananias/RN, Tibau/RN, Triunfo Potiguar/RN, Umarizal/RN, Upanema/RN, Venha-Ver/RN e Viçosa/RN.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - 1º. PISO SALARIAL

É assegurado aos empregados das categorias de ASG, SERVENTE, JARDINEIRO, MENSAGEIRO, AUXILIAR DE COZINHA, COPEIRO, CUMIM, OFFICE BOY, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO, AUXILIAR DE LAVANDERIA, AUXILIAR DE ALMOXARIFADO, um Piso Salarial de R\$ 1.570,00 [um mil quinhentos e setenta reais).

CLÁUSULA QUARTA - 2º. PISO SALARIAL

Assegura-se aos demais empregados da categoria, excluídos os citados nas cláusulas anteriores, um Piso Salarial de R\$ 1.592,00 (um mil quinhentos e noventa e dois reais).

CLÁUSULA QUINTA - AUMENTO SALARIAL

Os trabalhadores da categoria profissional que percebam salário superior aos pisos das cláusulas citadas terceira e quarta estipulado neste instrumento coletivo, terão reajuste de 7% (sete por cento).

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO TRABALHADOR MARÍTIMO E DE EMPREITEIRAS

Para os demais empregados por essa CCT abrangidos, e ainda o Piso salarial dos I) empregados das empresas que prestam serviços de fornecimento de refeições, alimentação e/ou alimentos preparados para empresas, através de quentinhas e/ou Refeitório; II) empregados das empresas que prestam serviços na área de cozinha industrial; III) empregados das empresas que produzem alimentação industrial; ou ainda IV) empregados das empresas fornecedoras de refeições, alimentação/ou alimentos preparados que prestam serviços no mar ou em terra nas atividades de exploração, perfuração ou produção de petróleo, será de R\$ 1.895,00 (um mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS EMPRESAS FORNECEDORAS DE ALIMENTAÇÃO PARA EMPRESAS AEROVIÁRIAS:

O salário para os empregados das empresas fornecedoras de alimentação para empresas aeroviárias será de R\$ 1.534,90 (um mil quinhentos e trinta e quatro reais e noventa centavos) aplicável aos componentes da categoria. Parágrafo primeiro: Para as demais faixas salariais, o reajuste será de 9% (nove por cento).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS ANO 2026

Fica pactuado que a partir de 1º de janeiro de 2026 as partes signatárias se reunirão para negociar o reajuste sobre todas as cláusulas econômicas da presente convenção coletiva para o ano de 2026.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA NONA - FORMA DE PAGAMENTO

As empresas que não efetuarem o pagamento dos salários em moeda corrente, e quando em cheque, concederão um intervalo de 01 (uma) hora dentro da jornada do expediente dos estabelecimentos bancários, excluindo os horários de refeição para recebimento do salário no banco.

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas concederão quinzenalmente e automaticamente adiantamento de, no mínimo 30% (trinta por cento) do salário base, desde que o empregado requeira, entre o dia 20 até 23 do corrente mês.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO

Ficam as empresas obrigadas a pagar o 13º salário em duas parcelas, na conformidade da legislação pertinente, sendo a primeira até dia 30 de novembro de cada ano e a segunda parcela até dia 20 de dezembro de cada ano.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CHEQUES, CARTÕES DE CRÉDITOS: PROIBIÇÕES DE DESCONTO DO SALÁRIO DO EMPREGAD

É proibido o desconto de salário dos empregados relativos a cheques e cartões de crédito não

compensados, ou sem previsão de fundos, quando o seu recebimento for autorizado expressamente pelo empregador ou seus prepostos legais.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS

As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período nos 12 meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Parágrafo único: é devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluindo o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado fará jus ao salário igual ao do empregado de menor salário na função. Sem considerar as vantagens pessoais, salvo se o seu salário for maior ou estiver ele em treinamento até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único: Para efeito desta cláusula. Considera-se a substituição de caráter meramente eventual, aquela que não ultrapasse de 60 (sessenta) dias, ressalvada a hipótese da substituição da empregada gestante quando este período será igual ao da licença maternidade.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

O adicional das horas extras, sobre o valor da hora normal será de 60% (sessenta por cento).

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL NOTURNO

Pagamento de 22% (vinte e dois por cento) de adicional para o trabalho prestado entre 22:00 de um dia as 05:00 horas da manhã do dia seguinte.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRABALHO EMBARCADO

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que trabalham no mar ou para empresas em atividades de exploração, perfuração ou produção de petróleo em regime de 12 horas diárias ou em regime de revezamento de turnos, terão os seguintes benefícios: Periculosidade de 30%(trinta por cento); sobreaviso de 20% (vinte por cento) e Hora de Repouso e Alimentação (HRA) de 20% (vinte por cento).

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - QUEBRA DE CAIXA

As empresas remunerarão os empregados que exerçam a função de caixa, de cobradores ou serviços assemelhados, com o percentual mensal de 15% (quinze por cento) sobre a remuneração, a título de quebra de caixa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Fica assegurado um adicional a cada quinquênio de serviço na empresa, correspondente a 4,5% (quatro e meio por cento) calculado sobre o salário base do empregado.

Parágrafo único: Fica mantido o pagamento dos adicionais de quinquênio calculados sobre a remuneração para aqueles trabalhadores(as) que já recebiam dessa forma, conforme negociado nas convenções coletivas anteriores, ressalvando que a nova regra do caput se aplicará somente a partir da aquisição de um novo quinquênio.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO EMBARQUE

As empresas se obrigam a fornecer alimentação gratuita a todos seus empregados a partir do embarque dos mesmos até o período do desembarque.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO

As empresas ou grupos econômicos de estabelecimentos regidos por esta CCT fornecerão, gratuitamente, a refeição, podendo ser feita no estabelecimento, a todos os empregados que tenham uma carga horária maior que 6(seis) horas diárias, sem que tal benefício tenha natureza salarial.

Parágrafo único: Os estabelecimentos que optarem por não fornecer as refeições, poderão, em caráter de substituição, fornecer uma cesta básica ou pagar quantia correspondente à mesma, no valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por mês, sem que tal benefício possua natureza salarial.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PROJETO SAÚDE DO TRABALHADOR

Fica instituído o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR - PAF, que beneficiará os trabalhadores das categorias econômicas desta Convenção Coletiva de Trabalho e terá o valor mensal de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por trabalhador, com contrato de trabalho ativo.

Caso o empregado deseje acrescentar dependentes, poderá fazê-lo, arcando integralmente com os valores correspondentes, através do desconto em folha de pagamento, com direito ao Plano Odontológico e Telemedicina, mediante o pagamento mensal de R\$30,00 (trinta reais) por cada um deles.

O PAF será implementado e gerido pelo Sindicato Laboral, através de uma empresa especializada denominada "Gestora", que conjuntamente com os demais fornecedores por ele contratados, garantirão o fiel cumprimento dos benefícios abaixo durante toda a vigência desta CCT.

PLANO ODONTOLÓGICO

Cobertura conforme Rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar):

Urgência 24h; Diagnóstico Prevenção; Restauração; Tratamento de canal; Odontopediatria; Radiologia; Cirurgias; Tratamento de gengiva; Características: Cobertura Nacional; Sem Perícia; Isenção Total de Carências; Atendimento com dentistas, via chat, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Os dependentes legais de até 5 (cinco) anos de idade serão cobertos pelo plano odontológico de forma gratuita.

TELEMEDICINA

Consulta médica, por vídeo chamada, agendada, com as especialidades descritas abaixo:

- Clínica geral; cardiologia, endocrinologia, dermatologista. Ilimitado;

- Cardiologia; Ilimitado;

ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO

- Consulta agendada com psicólogo, por vídeo chamada. Ilimitado;

CONSULTORIA NUTRICIONAL

Consulta agendada com nutricionista, por vídeo chamada. Ilimitado;

ASSISTÊNCIA SAÚDE OCUPACIONAL

Para os trabalhadores de empresas associadas ao SINDICATO PATRONAL, os exames, admissional e demissional, serão reembolsados no valor de até R\$35,00 (trinta e cinco reais) por exame realizado.

Regras para a concessão do benefício:

A empresa solicita o reembolso em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de realização do exame;

O benefício será concedido às empresas que tenham todos os empregados regularmente contratados e enquadrados no âmbito desta Convenção Coletiva de Trabalho;

Limite de acionamento de 01 vez a cada seis meses, por trabalhador.

- Procedimento para solicitar o benefício:

- Apresentar nota fiscal referente ao exame realizado;

- Apresentar de comprovação de vínculo trabalhista entre a empresa e o trabalhador;

- Preencher formulário de solicitação de reembolso, conforme modelo fornecido pela empresa contratada.

Após a análise da documentação e comprovação das despesas será realizado o reembolso, mediante depósito bancário em conta indicada pelas empresas.

Parágrafo Primeiro: A Gestora disponibilizará um sistema online através do site <https://www.agiben.com.br/PAF>- para que os empregadores realizem a inclusão de todos seus trabalhadores ativos e novos contratados no PAF, bem como, a exclusão dos que tiverem o seu contrato de trabalho reincidento;

Parágrafo Segundo: O pagamento mensal do PAF deverá ser realizado pelas empresas Empregadoras, por cada trabalhador ativo, independente dos benefícios já ofertados por ela, garantindo na íntegra o acesso a todos os benefícios previstos nesta cláusula;

Parágrafo Terceiro: O valor a ser pago mensalmente por cada trabalhador e/ou dependente(s) referente ao PAF será realizado pelas empresas empregadoras através de boleto bancário, disponibilizado no sistema online pela empresa Gestora, com o vencimento no dia 10 (dez) de cada mês. A cobrança do PAF será

realizada pela empresa Gestora por conta e ordem do Sindicato Laboral;

Parágrafo Quarto: As movimentações de inclusões e exclusões de trabalhadores e/ou dependentes deverão ser realizadas até o dia 20 (vinte) de cada mês através do sistema de movimentação online e terão processamento efetivado com vigência no dia 01 (primeiro) do mês subsequente;

Parágrafo Quinto: Em caso de aviso prévio indenizado ou cumprido, o empregador manterá o pagamento do PAF para manutenção dos benefícios convencionados nesta cláusula;

Parágrafo Sexto: A Gestora mantém a disposição dos Empregadores e Empregados, a Central de Relacionamento, com funcionamento em dias úteis, de segunda a sexta, das 8h às 18h, com números de contatos disponíveis pelo site <https://www.agiben.com.br/>

Parágrafo Sétimo: A Gestora disponibilizará aos trabalhadores, acesso a todas as informações pertinentes ao funcionamento dos benefícios contemplados no PAF, através do site <https://www.agiben.com.br/>

Parágrafo Oitavo: O inadimplemento superior há 5 (cinco) dias, ocasionará a suspensão dos benefícios nos fornecedores contratados, e incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die e correção monetária pela variação positiva do IGP-M;

Parágrafo Nono: O valor mensal do PAF previsto nesta cláusula, tendo em vista o caráter assistencial e indenizatório, não têm natureza salarial e não se incorporam ao salário para qualquer fim;

Parágrafo Décimo: As empresas empregadoras terão até 15 (quinze) dias úteis a partir da assinatura desta convenção coletiva de trabalho para realizar a inclusão de todos seus trabalhadores através do Sistema Online disponibilizado pela Gestora, conforme parágrafo primeiro;

Parágrafo Décimo Primeiro: Essa cláusula perdurará durante a vigência desta convenção, bem como no período de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho do ano seguinte, mesmo que sua assinatura e homologação ocorra em data posterior a sua data base. A suspensão e inaplicabilidade desta cláusula somente ocorrerá caso fique pactuado a sua exclusão na próxima Convenção Coletiva;

Parágrafo Décimo Segundo: Em caso de afastamento de empregado, o empregador fica desobrigado ao recolhimento;

Parágrafo Décimo Terceiro: O pagamento do PAF, desobriga as empresas empregadoras da contratação de outros benefícios com coberturas semelhantes para atender as disposições legais;

Parágrafo Décimo Quarto: As empresas que oferecerem plano de saúde e odontológico sem coparticipação, ficarão isentas de cumprirem essa cláusula.

Outros Auxílios

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TAXA DE SERVIÇO / GORJETA

Para a cobrança da gorjeta, pela empresa será necessária a realização de acordo coletivo de trabalho entre o sindicato laboral e a empresa acordante, nos termos do Art. 611-A, inciso IV e Art. 617 da CLT; e Art. 8º da Constituição Federal.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O acordo coletivo de trabalho devera estabelecer obrigatoriamente o percentual a ser cobrado junto aos clientes, a titulo de gorjeta; as proporções de rateio da gorjeta entre os empregados (garçons, cumins, cozinheiros, maitres e demais profissionais que compõem o serviço dentro da empresa), além da periodicidade de sua distribuição.

PARAGRAFO SEGUNDO: O percentual relativo a gorjeta cobrada devera constar nas comandas de consumo entregues aos clientes e nos cardápios onde se incluirá, neste último, o número de registro do acordo coletivo de trabalho junto a superintendência do trabalho e emprego (SRTE/RN).

PARAGRAFO TERCEIRO: A empresa acordante não se obriga a renovar ou permanecer com a gorjeta ao final do acordo coletivo de trabalho.

PARAGRAFO QUARTO: Será considerada "gorjeta cobrada" aquela cuja a arrecadação é intermediada pelo empregador colocada no rodapé da comanda e cardápio e "gorjeta espontânea" aquela oferta voluntariamente pelo cliente ao empregado, sem qualquer cobrança por parte do empregador. Já a "taxa de serviço" não se confunde com a gorjeta e representa a cobrança feita pela empresa em contrapartida a um determinado serviço.

PARAGRAFO QUINTO: Em caso de recebimento de gorjeta espontânea, o empregado devera levar ao conhecimento da empresa logo após o recebimento, para a conferencia e emissão imediata da respectiva Declaração de Gorjeta Espontânea, facultada a empresa proceder com a retenção de percentual a ser

utilizada para cobertura dos encargos previstos sociais, trabalhistas e previdenciários da gorjeta, de acordo com a planilha de custo especificamente elaborada para este fim. Caso não haja apresentação do empregado em relação aos valores eventualmente recebidos a título de gorjeta espontânea, nos termos aqui dispostos, considerando-se quitados os reflexos sociais trabalhistas e previdenciários previstos no Art. 457 da CLT.

PARAGRAFO SEXTO: Fica estabelecido o percentual para a retenção para 33% (trinta e três por cento) sobre os valores arrecadados sobre a título de taxa de serviço, independente do regime de tributação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REFLEXO DE HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO E COMISSÕES

As férias e o 13º salário serão pagos com integração do valor das horas extras, insalubridade, feriados, comissões e adicionais noturnos, quebra de caixa dos últimos 06 (seis) meses.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA RESCISÃO

As rescisões dos contratos de trabalho serão obrigatoriamente homologadas no sindicato de classe para os empregados que tenham mais de 12 meses de contrato de trabalho, e ainda serão obrigatoriamente homologadas no sindicato de classe em relação a todos os empregados filiados, sem tempo determinado de contrato de trabalho.

No ato da rescisão contratual tanto o empregado, quanto o empregador deverão estar quites com o seu respectivo sindicato patronal e profissional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para que o sindicato da categoria profissional homologue a rescisão contratual, é necessário que o referido instrumento venha com o visto do Sindicato da categoria econômica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando das homologações, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- 1- Guias TRCT em 4 (quatro) vias;
- 2 - CTPS com as anotações devidamente atualizadas;
- 3 - Registro do empregado em livro, fichas ou cópia dos dados obrigatórios, nos termos da Portaria MTPS nº 3.626/91;
- 4- Comprovante do Aviso Prévio quando for o caso, dado ou recebido;
- 5 - As guias de recolhimento das contribuições sindicais (Sindical e Assistencial), profissional e patronal do ano vigente à rescisão do contrato de trabalho;
- 6 - Comunicação de Dispensa (CD) e requerimento do Seguro Desemprego (SD), quando for o caso;
- 7 - Comprovante de encaminhamento do trabalhador ao médico do trabalho, nos termos da NR-07;
- 8 - Demonstrativo do FGTS do trabalhador, quando for o caso.
- 09- Comprovante do pagamento da multa dos 40%
- 10- PPP

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RESCISÃO DO CONTRATO POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, o empregador deverá indicar, por escrito, a falta grave cometida, sob pena de não alega - lá em juízo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL NA HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

O Sindicato obreiro exigirá previamente das empresas e por ocasião das homologações das rescisões de contrato individual de trabalho, os comprovantes de recolhimento da contribuição sindical obrigatória (patronal) bem como da contribuição assistencial (obreira) de modo que, sem os quais as respectivas homologações tornar-se-ão sem efeito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Fica isento do cumprimento do aviso prévio o trabalhador dispensado que obtiver um novo emprego, não acarretando prejuízo no recebimento das verbas rescisórias, na forma da lei.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - APOSENTADORIA

O empregado gozará de estabilidade no emprego durante 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a data de aquisição do direito à aposentadoria.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO PARA HOTÉIS, MOTÉIS E POUSADAS

Fica garantida a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso para hotéis, motéis e pousadas.

Parágrafo único - não se aplica o disposto do artigo 59-A parágrafo único da CLT.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho diária dos empregados poderá ser prorrogada, sem o acréscimo de salário e adicionais, nas seguintes condições:

- a) As diferenças de jornada serão compensadas com a diminuição ou acréscimo em outro dia.
- b) O período máximo de compensação não poderá exceder de 240 (duzentos e quarenta dias).
- c) A jornada diária será de, no máximo, dez horas.
- d) No caso de ser excedido o período de 240(duzentos e quarenta dias), a empresa pagará como extra as horas trabalhadas.
- e) Caso o contrato de trabalho seja rescindido pelo empregador ou pelo empregado sem que tenha ocorrido a compensação, integral ou parcialmente, da jornada extraordinária, o empregador pagará as horas extras calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.
- f) A jornada extraordinária não poderá ser compensada com o período do aviso prévio indenizado ou trabalhado.
- g) As horas extras serão pagas com um adicional de 60%.
- h) A empresa fornecerá ao empregado ao final de todo mês comprovante do seu banco de horas, discriminado o total da jornada trabalhada sem prejuízo do registro diário de ponto.
- i) Aplicam-se disposições do art. 59. § 2º, da CLT, respeitando-se as regras mais favoráveis aos empregados estipuladas no presente Acordo.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO PARA ALMOÇO

O intervalo para o repouso ou alimentação será de no mínimo 30 minutos até o máximo de 4 (quatro) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESCALA DE REVEZAMENTO E FOLGAS AOS DOMINGOS

Fica estabelecido que todo empregado (a) mulher usufrua de pelo menos 1 (um) domingo de folga por mês, de acordo com a organização da escala de revezamento ou folga estabelecida pela empresa, sem prejuízo de uma folga semanal.

Fica estabelecido que todo empregado homem usufrua de pelo menos 1 (um) domingo de folga a cada 4 (quatro) domingos trabalhados, sem prejuízo de uma folga semanal.

PARÁGRAFO ÚNICO: A presente cláusula não terá efeito jurídico referente aos domingos retroativos eventualmente não gozados mesmo que ainda não exista demanda judicial.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRABALHO NO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

O trabalho executado em dia de domingo e feriados será remunerado com o adicional de 100% (cem por cento) do trabalho diário executado normalmente, salvo se as empresas determinarem outro dia de folga.

PARÁGRAFO ÚNICO: O trabalho executado no dia 29 de Julho (DIA DO TRABALHADOR HOTELEIRO) será remunerado com o adicional de 100% (cem por cento) do trabalho diário executado normalmente, não sendo permitida a compensação.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EXAMES ESCOLARES E ABONO DE FALTAS

Considerem-se abonadas as faltas ao trabalho do empregado estudante, decorrente de comparecimento para prestação de exames vestibulares e supletivos durante o respectivo horário de trabalho, desde que haja comunicação à empresa com antecedência mínima 08 (oito) dias e posterior comprovação em 05 (cinco) dias.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORME

Quando no exercício das atividades exigirem o uso de uniformes padronizados, competirá aos empregadores fornecê-los gratuitamente em número de 2 [dois] uniformes em cada 12 (doze) meses, salvo mal uso ou extravio injustificável.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADOS

Os atestados médicos e odontológicos credenciados fornecidos por profissional das entidades signatárias desta Convenção serão aceitos pelas empresas para todos os efeitos legais.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Todo dirigente sindical, delegado de base ou representante dos trabalhadores eleitos em Assembleia, da categoria para participar de encontros de trabalhadores municipais, estaduais, nacionais ou internacionais, a prestar serviços de base para o sindicato, terão abonadas as suas faltas, até o limite de 20 (vinte) dias do ano, intercalados ou sucessivos, sem prejuízo de qualquer parcela remuneratória, desde que comprovado e avisado a empresa com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo 1.º. Os dirigentes e delegados sindicais estes limitados a três membros terão acesso a empresa que faz parte da categoria para a fiscalização do cumprimento da presente convenção, bem como para fazer trabalho de sindicalização, mediante comunicação prévia de 05 (cinco) dias de antecedência.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL

Os empregadores se obrigam a efetuar o desconto correspondente a 2% (dois por cento) do salário de seus empregados sindicalizados, pertencentes a categoria profissional representada pelo sindicato conveniente e reverter aos cofres da referida entidade sindical, até o 10º (décimo) dia de cada mês subsequente ao vencido, de acordo com os artigos 513 e 545 da CLT, salvo desautorização expressa pelo empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - TAXA DE CUSTEIO

A título de contribuição sobre a taxa de custeio, os empregadores descontarão dos seus empregados, uma vez abrangidos pelo os benefícios da presente Convenção Coletiva de Trabalho, aprovados em assembleia o percentual de 4% (quatro por cento) sobre o valor do salário base do mês de março do ano da negociação salarial, que será aplicado em despesas de assessoria jurídica, econômica, conservação e ampliação do patrimônio da entidade sindical profissional assistente, a qual deverá ser depositada na conta CEF/Mossoró nº. 3376-6 Operação 003 – Agência 0560 ou através de PIX CNPJ 04321994000107, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, salvo desautorização expressa do empregado até 10 (dez) dias após a assinatura final desta Convenção.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADORES

Todas as empresas pertencentes à categoria econômica ora acordante ficam obrigadas a recolher, em boletos expedidos pelo respectivo Sindicato Patronal, para despesas de assessoria jurídica, econômica, a taxa seguinte, com vencimento anual, em 15/04/2025 e 15/04/2026:

R\$ 150,00 para os estabelecimentos que tenham de um a dez empregados;

R\$ 200,00 para os estabelecimentos que tiverem de onze a trinta empregados;

R\$ 250,00 para os estabelecimentos que tiverem de trinta e um a cinquenta empregados;

R\$ 350,00 para os estabelecimentos que tiverem de cinquenta e um a cem empregados, e

R\$ 450,00 para os estabelecimentos com mais de cem empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL E DOS EMPREGADOS

Fica estabelecido a cobrança da contribuição confederativa Patronal, e laboral com previsão inciso IV do art. 8º da Constituição Federal de 1988, a qual terá o seu vencimento no dia 30 de novembro, com o valor fixado no equivalente a 3% (três por cento) do valor da folha salarial relativa ao mês anterior ao seu vencimento.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA DESCUMPRIMENTO

Fica convencionado que, em havendo descumprimento de quaisquer das cláusulas estabelecidas na presente norma coletiva, o empregador se sujeitará ao pagamento de uma única multa de 30% (trinta por cento) do salário normativo, a ser contabilizada por empregado, revertendo-se estes valores em favor das partes prejudicadas.

}

CANDIDO FREIRE DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO HOTELEIRO DE MOSSORO E REGIAO
DO RIO GRANDE DO NORTE

GRACE CHRISTHINE DE OLIVEIRA GOSSON

Presidente

SINDICATO DE HOTEIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE

ANEXOS
ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.